

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.804.148 - MS (2019/0083476-0)**

**RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER**  
**RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**RECORRIDO : THIAGO LEANDRO CORREIA (PRESO)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**EMENTA**

PENAL. PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO MINISTERIAL. TEMPESTIVIDADE. INTIMAÇÃO ELETRÔNICA. CONTAGEM DO PRAZO. SÚMULA N. 568/STJ. INCIDÊNCIA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL**, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea a, da Constituição da República, contra o v. acórdão prolatado pelo eg. Tribunal de Justiça estadual, assim ementado (fl. 175):

*"RECURSO EM SENTIDO ESTRITO – RECURSO DA ACUSAÇÃO – INTEMPESTIVIDADE – FLUÊNCIA DO PRAZO RECURSAL A PARTIR DA DATA QUE HÁ ENTREGA DOS AUTOS DIGITAIS EM CARGA COM O ÓRGÃO MINISTERIAL – RECURSO NÃO CONHECIDO.*

*O Ministério Público Estadual possui a prerrogativa de intimação pessoal das decisões em qualquer processo ou grau de jurisdição, sendo que o prazo de recurso deve ser contado a partir do recebimento dos autos com vista. Não observado o quinquídio legal estabelecido no art. 586 do Código de Processo Penal, deve-se ter por intempestivo o recurso em sentido estrito.*

*Recurso não conhecido."*

O MM. juízo de primeiro grau rejeitou a denúncia formulada em desfavor do ora recorrido, quanto à imputação do crime descrito no art. 163, parágrafo único, inciso III, do Código Penal, em face do princípio da insignificância, reconhecendo a atipicidade material da conduta, nos termos do art. 395, incisos II e III do Código de Processo Penal (fls. 120-126).

Irresignado, o **Parquet estadual** interpôs **recurso em sentido estrito**, com vistas à reforma da sentença recorrida. No Tribunal de origem, o recurso ministerial não foi conhecido por **intempestividade** (fls. 175-178).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 195-197).

Nas **razões do recurso especial**, interposto com fundamento na alínea **a**, do inciso III, do art. 105 da Constituição Federal, o **Parquet estadual** afirma a violação ao artigo 5º, §§ 1º e 3º, da Lei n. 11.419/2006, assinalando a tempestividade da interposição do recurso em sentido estrito.

Para tanto, argumenta que (fls. 230-235):

*"De acordo com a inteligência do art. 4º, caput, da Lei nº 11.419/2006 (Processo Eletrônico), "Os tribunais poderão criar Diário da Justiça eletrônico disponibilizado em sítio da rede mundial de computadores, para publicação de atos judiciais e administrativos próprios e dos órgãos a eles subordinados, bem como comunicações em geral".*

*Não obstante, conforme a ressalva contida no § 2º do mesmo dispositivo legal, essa publicação eletrônica não substitui a intimação pessoal a quem detenha essa prerrogativa legal, tal como o Ministério Público (artigo 41, inciso IV, da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993).*

*É imperioso esclarecer, nesse ponto, que unia primeira situação é a necessidade de intimação pessoal, não bastando a publicação no Diário da Justiça eletrônico, àqueles que detêm essa prerrogativa (art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 11.419/2006). Outra situação é a efetivação dessa intimação e o termo inicial para contagem do prazo nos processos eletrônicos (art. 5º, §§1º e 3º, da Lei Federal nº 11.419/2006).*

*Por essa razão, não se pode confundir a norma contida no artigo 4º, caput e § 2º (intimação pessoal), com a situação descrita no artigo 5º (início da contagem do prazo), ambas da Lei nº 11.419/2006 (Processo Eletrônico).*

*Conforme enunciado no art. 5º da Lei nº 11.419/2006 (Processo Eletrônico), no que tange à data de início da contagem do prazo processual: "Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos autos a sua realização".*

*Insta destacar que mencionado artigo não faz qualquer distinção se essa intimação é por meio do Diário da Justiça eletrônico ou pessoal, que será aplicável àqueles que detenham essa prerrogativa legal, tal como o Ministério Público (artigo 41, inciso IV, da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993).*

*E complementando, a Lei nº 11.419/2006 (Processo Eletrônico), dispõe em seu artigo 5º, § 3º, que "A consulta referida nos §§ 1º e 2º deste artigo deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo". Novamente, tal dispositivo não pormenorizou a qual tipo de intimação se refere, de modo que não se pode interpretar restringindo-se a aplicação do seu teor apenas à intimação feita pelo Diário da Justiça eletrônico.*

*Portanto, apura-se que a intimação pessoal do Ministério Público Estadual somente ocorrerá: a) quando for efetivada a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos autos a sua realização, conforme dispõe o artigo 5º, § 1º, da Lei nº 11.419/2006 (Processo Eletrônico); ou, b) quando transcorrido o prazo de 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da intimação, caso em que considerar-se-á automaticamente realizada na data do término desse prazo, consoante artigo 5º, § 3º, da Lei nº 11.419/2006 (Processo Eletrônico).*

*[...]*

*Consoante ressaltado no acórdão recorrido, foi disponibilizada a vista dos autos ao Ministério Público Estadual de primeira instância em 29.8.2018 (quarta-feira).*

*Desse modo, somente poder-se-ia considerar realizada a intimação pessoal da 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande/MS quando fosse efetivada a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos autos a sua realização, conforme dispõe o artigo 5º, § 1º, da Lei nº 11.419/2006 (Processo Eletrônico).*

*Insta destacar que tal consulta poderia ter sido realizada em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da intimação. Caso assim não procedesse, considerar-se-ia automaticamente realizada na data do término desse prazo, consoante artigo 5º, § 3º, da Lei nº 11.419/2006 (Processo Eletrônico).*

*Na presente casuística, após o transcurso de oito dias, ou seja, na data de 6.9.2018 (quinta-feira), o Ministério Público Estadual efetivou a consulta eletrônica do processo, de modo que restou realizada a intimação pessoal do órgão acusatório. Desse modo, é certo que o termo inicial do prazo para a interposição do recurso de apelação deve ser contado a partir da data de 7.9.2018.*

*Como o recurso do Ministério Público Estadual de primeira instância foi interposto no dia 10.9.2018, ou seja, quatro dias após a ciência do órgão ministerial acerca do teor da sentença condenatória, deve ser considerado tempestivo, reformando-se o acórdão proferido pela 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, para que seja conhecido o recurso ministerial.*

*Importante salientar, ainda, que o Superior Tribunal de Justiça, em julgado publicado no dia 14.3.2016, considerou que a certidão exarada pelo Poder Judiciário de envio dos autos ao Ministério Público comprova apenas o dia da remessa, mas não a efetiva data de seu ingresso no setor de*

*apoio administrativo do órgão, não tendo como se concluir no sentido de que o dia da remessa é o mesmo do recebimento, de modo que o prazo inicia-se com a aposição do "ciente" do órgão ministerial. Salientou, por fim, que, havendo dúvida, deve ser resolvida em favor do Ministério Público.*

*[...]*

*Dessa forma, o acórdão da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, ao considerar intempestivo o recurso de Apelação interposto pelo Ministério Público Estadual, contrariou o artigo 5º, §§ 1º e 3º, da Lei nº 11.419/2006 (Processo Eletrônico), devendo ser reformado, a fim de que seja conhecido o recurso ministerial."*

Apresentadas as **contrarrazões** (fls. 259-270), o recurso foi **admitido** na origem (fls. 272-275) e os autos ascenderam a este Superior Tribunal de Justiça.

O Ministério Público Federal, em seu d. parecer, manifestou-se pelo **provimento do recurso especial** (fls. 288-289).

É o relatório.

**Decido.**

O recurso merece prosperar.

O eg. Colegiado **a quo**, ao não conhecer do recurso em sentido estrito ali interposto pela acusação, no que importa ao caso, consignou, **verbis** (fls. 176-178):

*"De início, aponto que o recurso interposto pelo Ministério Público Estadual não merece ser conhecido por inobservância a requisito extrínseco de admissibilidade, qual seja a tempestividade.*

*O art. 586 do Código de Processo Penal estabelece o prazo de 5 dias para interposição de recurso em sentido estrito.*

*O Ministério Público Estadual possui a prerrogativa de intimação pessoal das decisões em qualquer processo ou grau de jurisdição, sendo que o prazo de recurso deve ser contado a partir do recebimento dos autos com vista.*

*Há precedentes desta Corte nesse sentido:*

**E M E N T A – RECURSO EM SENTIDO ESTRITO – RECURSO MINISTERIAL – INTEMPESTIVIDADE CONSTATADA DE OFÍCIO – FLUÊNCIA DO PRAZO RECURSAL A PARTIR DA DATA QUE HÁ ENTREGA DOS AUTOS DIGITAIS EM CARGA COM O ÓRGÃO MINISTERIAL – RECURSO NÃO CONHECIDO. O Ministério Público**

*Estadual possui a prerrogativa de intimação pessoal das decisões em qualquer processo ou grau de jurisdição, sendo que o prazo de recurso deve ser contado a partir da data de entrega em vista pessoal do arquivo digital com a cópia do processo eletrônico e não da data de aposição de ciência do MP. Não observado o quinquídio legal deve-se ter por intempestivo o recurso. De ofício, recurso não conhecido. (TJMS. Recurso em Sentido Estrito n. 0801933-02.2018.8.12.0012, Ivinhema, 2ª Câmara Criminal, Relator (a): Des. Jonas Hass Silva Júnior, j: 12/11/2018, p: 18/11/2018).*

*No caso em análise, o Promotor de Justiça atuante na 2ª Vara Criminal teve vista dos autos em 29.08.2018 (terça-feira), de acordo com o informado no termo de f. 128.*

*Disso decorre que o prazo para interposição teve início em 29.08.2018 (quarta-feira) e fim em 03.09.2018 (segunda-feira).*

*Em consulta ao Sistema de Automação do Judiciário – SAJ, observo que o recurso apresentado pelo MPE contra a decisão de f. 120-126 foi interposto em 10.09.2018, o que permite concluir por sua intempestividade, já que não observado o quinquídio legal.*

*Diante do exposto, não conheço do apelo ministerial."*

Compulsando os autos, verifico que em **29 de agosto de 2018** os autos foram encaminhados para intimação do Ministério Público Estadual (fls. 128-129). A ciência da intimação do **Parquet** estadual, por acesso ao portal eletrônico, ocorreu em **6/9/2018** (fl. 130).

O recurso em sentido estrito ministerial foi interposto em **10/9/2018, dentro do quinquídio legal, sendo, portanto, tempestivo** (fl. 131).

Portanto, assiste razão ao recorrente, em seu reclamo, pois de acordo com o art. 5º, §§ 1º e 3º, da Lei n. 11.419/2006, **a intimação eletrônica é considerada como realizada no dia em que o intimando efetuar a consulta eletrônica** ou, não sendo esta realizada no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data do envio, deverá ser considerada como realizada tacitamente no último dia do prazo dos 10 (dez) dias previstos para consulta.

A propósito, confirmam-se os seguintes julgados desta Corte:

**"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TEMPESTIVIDADE. CONSUMAÇÃO DA INTIMAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**PELO DECURSO DE PRAZO DO ART. 5º DA LEI N. 11.419/2006. TERMO INICIAL. PRIMEIRO DIA APÓS A DISPONIBILIZAÇÃO DA INTIMAÇÃO NO SISTEMA. ART. 22, I, DA RESOLUÇÃO STJ/GP N. 10/2015. SEQUESTRO DE BENS. MANDANDO DE SEGURANÇA. DECADÊNCIA. FUNDAMENTOS INATACADOS. SÚMULAS N. 283 E 284 DO STF. TERATOLOGIA DA DECISÃO QUE DECRETOU O SEQUESTRO DOS BENS. MITIGAÇÃO EXCEPCIONAL DO ENTENDIMENTO DA SÚMULA N. 267 DO STF. POSSIBILIDADE. INDÍCIOS DA ORIGEM ILÍCITA DOS BENS SEQUESTRADOS. VERIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL DE FLS. 621-631 PROVIDO. AGRAVO REGIMENTAL DE FLS. 604-615 NÃO PROVIDO.**

1. *Análise do Agravo regimental de fls. 621-623. O primeiro agravo regimental (fls. 604-615) é de ser considerado tempestivo, porquanto a intimação do Ministério Público Federal foi disponibilizada no sistema no dia 1º/8/2016 e o prazo para acesso teve início em 2/8/2016, havendo sido consumada a intimação em 12/8/2016, conforme certificado à fl. 599. O prazo para interposição de agravo regimental se iniciou em 15/8/2016 e o término ocorreu em 19/8/2016, data de seu protocolo nesta Corte.*

2. *Análise de mérito do agravo regimental de fls. 604-615. Sobre o termo inicial do prazo decadencial do mandado de segurança impetrado pelos recorridos, o Tribunal de origem consignou não haver comprovação da data da ciência inequívoca do ato coator. Esse fundamento não foi impugnado de forma direta nas razões do recurso especial, o que inviabiliza o seu exame por esta Corte. Aplicação do entendimento das Súmulas n. 283 e 284 do STF.*

*[...]*

6. *Agravo regimental de fls. 621-631 provido, para reconhecer a tempestividade do agravo regimental de fls. 604-615. Agravo regimental de fls. 604-615 não provido" (AgRg no AgRg no REsp n. 1.178.070/MT, Sexta Turma, Rel. Min. Rogério Schietti Cruz, DJe de 15/5/2017, grifei).*

**"PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTIMAÇÃO ELETRÔNICA. LEI N. 11.419/2006. PRAZO. CONTAGEM. INÍCIO.**

**1. Nos termos do art. 5º, §§1º e 3º, da Lei 11.419/2006, a intimação eletrônica considera-se realizada no dia em que o intimado efetivar a consulta eletrônica ao teor da**

***intimação, a qual pode ser realizada em até 10 dias, contados da data do seu envio, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo.***

2. O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro foi intimado em 26/4/2013, de acordo com o § 3º do art. 5º da Lei n. 11.419/2006, e o agravo em recurso especial, por seu turno, foi protocolado dia 30/4/2013 (certidão de e-STJ fl. 1328), dentro, portanto, do prazo legal, sendo tempestivo.

3. Embargos de declaração acolhidos para, conferindo-lhe efeitos infringentes, reconhecer a tempestividade do agravo em recurso especial e dele conhecer, cujo mérito será oportunamente apreciado" (EDcl no AgRg no AREsp n. 355.670/RJ, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe de 29/6/2016).

Dessa forma, estando o v. acórdão prolatado pelo eg. Tribunal **a quo** em desconformidade com o entendimento desta Corte de Justiça quanto ao tema, incide, no caso o enunciado da Súmula 568/STJ, **in verbis**: "*O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.*"

Ante o exposto, com fulcro no art. 255, § 4º, inciso III, do Regimento Interno do STJ, **dou provimento** ao recurso especial para que, reconhecida a tempestividade recursal, o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul analise o recurso em sentido estrito interposto pelo Ministério Público daquele Estado.

P. e I.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator